

RECURSOS ESCASSOS, NECESSIDADES ILIMITADAS?

JÓ SANTOS DA SILVA*

JARSON DANTAS SANTOS**

Resumo

A premissa dos recursos escassos e necessidades ilimitadas, fundamento que norteia a linha de pensamento de grande parte dos modelos econômicos e administrativos atuais. Sendo considerado um pressuposto de diversas teorias macro e microeconômicas que regem iniciativas administrativas e que baseiam a administração política de nações e de conglomerados empresariais mundo afora. Esse viés, ainda que pareça, não tem raízes nos conceitos fundamentais da administração, sobretudo a considerada base da chamada administração científica; ele, vez por outra, via autores como Taylor, aborda como objetivo da Administração assegurar a prosperidade de patrão e empregado, ou seja, uma realidade muito mais próxima de uma alocação mais igualitária da acumulação do que um processo de máxima lucratividade absoluta. Sua lógica foi concebida baseada nas linhas gerais de pensamento de autores como Malthus, e permaneceu intacta mesmo quando suplantada pela realidade, por serem a base do modo de distribuição do modelo capitalista de produção e distribuição. A administração política prima por ter como objeto a gestão das relações sociais de produção e distribuição, logo, tem relação direta com a referida premissa tão importante, notadamente com o questionamento da mesma.

Palavras-chave: Premissa dos recursos escassos e necessidades ilimitadas; Administração Política; Administração Científica; Gestão dos meios de produção e distribuição; Modo capitalista de produção.

Abstract

The premise of scarce resources and unlimited needs, the foundation that guides the thinking of most of the current economic and administrative models online. Being considered an assumption of various macroeconomic and microeconomic theories governing administrative initiatives and deriving political administration of nations and conglomerates worldwide. This bias as it may seem, has no roots in the fundamental concepts of administration, especially considering the base called scientific management, since these, occasionally authors saw as Taylor, address the objective of Directors to ensure the prosperity of employer and employee, a reality much closer to a

* Especialista em Gestão de Negócios pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e graduado em Administração pela Faculdade Adventista de Administração do Nordeste. É professor na Rede Adventista de Ensino Superior. E-mail: jo_santos@outlook.com

** Especialista, Faculdade Maria Milza, e-mail: jarsondantas@hotmail.com

more equitable allocation of the accumulation of a process absolute maximum profitability. His logic was designed based on the general lines of thought of authors such as Malthus, and remained intact even when overtaken by reality, by being the basis of the distribution mode of capitalist production and distribution. The policy press administration for having as its object the management of the means of production and distribution, therefore, has a direct relation with this premise so important, especially with the same questioning.

Keywords: Questioning the premise of scarce resources and unlimited needs; Policy administration; Scientific management; Management of the means of production and distribution; Vapitalist mode of production and its alternatives.

Historicamente, os meios de produção e distribuição, não somente no que se refere à natureza desses meios, mas também à forma como se produz e notadamente se distribui a produção, causaram na conjuntura econômica inquietudes que vêm se alastrando de forma viral em todas as classes e, no decorrer dos tempos, alternando os protagonistas das relações de poder e tendo consequências lógicas e diretas no administrar, no conduzir, tanto de empresas de grande porte, quanto de pequenas iniciativas familiares ou mesmo do Estado.

Essas inquietudes de ordem econômica e social se manifestam em todas as esferas, sejam elas mais bem estruturadas ou não, sendo pouco observados e compreendidos os principais vetores desse processo. Assim, observa-se que manifestações ocorridas pelo mundo têm despertado o interesse para a compreensão do papel do Estado, das relações sociais associadas às relações administrativas quanto a sua capacidade estrutural e a sua forma de prover a finalidade por meio da gestão pretendida e executada pelo Estado no que tange aos aspectos de produção e distribuição dos recursos e sua alocação. Para tanto, se faz necessário melhor compreensão da sua sustentação epistemológica quanto ao Campo da Administração e acerca das relações sociais de produção e distribuição na qual o Estado passa a ser o principal capitalista a comandar capital e a principal instituição no comando da administração das relações sociais.

Acontece que essas inquietudes ou, por assim dizer, esses movimentos inerentes e influenciadores da gestão dos meios de produção e distribuição são construídos a partir de certas premissas de determinados conceitos balizadores; conceitos esses que acabam norteando o início de todo pensamento que constitui tais inquietações ou que as valida ou as garante. A importância dessas bases, e certa relação entre a sua lógica e a realidade latente, quando essas passam a ser usadas com mais afinco, faz com que

essas, no decorrer da evolução do sistema capitalista tivessem seu questionamento praticamente proibido.

Apesar da academia há muito se debruçar acerca de métodos e processos administrativos, pouco se compreende sobre administração e seu objeto de estudo; sendo este sempre considerado a partir de uma ótica gerencialista, em que se esmiúça, debate e constrói conhecimento apenas acerca do que fazer para chegar a maior lucratividade absoluta, sem questionamentos sobre os efeitos dessa lucratividade ou sobre a intencionalidade e as consequências do chamado expediente administrativo. Esse viés, ainda que pareça, não tem raízes nos conceitos fundamentais da administração, ao menos os considerados a base da chamada administração científica.

Com um olhar mais conceitual voltado à teoria da administração ou ciência da administração, sua origem nasce com a Escola Neoclássica da economia, diante da crise do capitalismo, no final de século XIX e início do século XX. Fundamentados nos princípios da economia e pautados pelos pensadores como William Petty, Léon Walras, Alfred Marshall, Arthur Cecil Pigou. Mas também como Max Weber e sua instrumentalização com Frederick Winslow Taylor (em sua grande obra *Princípios da administração científica*, 1911), considerado o “Pai da Organização Científica do Trabalho”, contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento industrial do século XX. Surge, então, um marco crucial na evolução das ideias sobre a produção, riqueza e relações harmônicas entre empregadores e empregados. “Segundo Taylor, o principal objetivo da Administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado” (Taylor, 1990, p. 24).

Essa máxima de prosperidade em um sentido mais amplo abrange grandes dividendos para a companhia e para o empregador a fim de que a prosperidade seja permanente. Isso significa dizer que é necessário um desenvolvimento, no mais alto grau, em todos os ramos do negócio, a fim de que a prosperidade seja contínua. De igual forma a máxima prosperidade para o empregado significa algo além de salários mais altos do que os recebidos habitualmente pelos obreiros de sua classe. Esse fato dá ênfase e importância ao aproveitamento dos homens de modo mais eficiente, habilitando-os a desempenhar os tipos de trabalho mais elevados para os quais tenham aptidões naturais. Diante dessa máxima, a prosperidade para o patrão e o empregado devem ser os fins principais da Administração, e não apenas a prosperidade do detentor do meio de produção (patrão).

Diante dessas considerações, é de se ponderar que tal contribuição para a formação do pensamento foi importante, embora com tão pouco impacto para os acadêmicos. Taylor a defendia com grande veemência, como parte de princípios inerentes a qualquer modelo administrativo em qualquer circunstância: “Esperamos, contudo ter deixado claro que os mesmos princípios, com resultados iguais, podem ser aplicados em qualquer atividade social: na direção dos nossos lares na administração de igrejas, de instituições filantrópicas, de casas comerciais, de universidades e de serviços públicos” (Taylor, 1948, p. 28).

Taylor afirma que a administração não é a “arte do empírico” e sim uma atividade que tem regras e conceitos científicos; sendo assim, “administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos” (Taylor, 1948, p. 28). Aqui é observada a cientificidade, considerando a gestão o verdadeiro objeto da administração. Simon também aborda que a administração utiliza métodos e instrumentos racionais na busca dos objetivos.

Uma ciência administrativa, como qualquer outra ciência preocupar-se puramente com as afirmações de fato, não, havendo nela, portanto lugar para preceitos éticos. Toda vez que nos deparamos com normas éticas, podemos separá-las em duas partes, uma factual e outra ética, das quais apenas a primeira possui alguma relevância para a ciência (Simon, 1965, p. 292).

Torna-se, então, indispensável que se tenha conhecimento sistemático dos fatos e do ambiente para a formação do administrador e que seja sustentada em sociedades mais estruturadas ou em processo. A falta dessa compreensão pode ocasionar práticas que impulsionem o agravamento de conflitos entre a prática organizacional e o social, podendo dessa forma proporcionar consequências para toda uma sociedade, de onde se espera um bem-estar social.

Sendo o bem-estar dos envolvidos a finalidade do complexo produtivo como um todo (empregados e patrões tendo óbvias ramificações para toda a sociedade), então a compreensão desse objeto leva à materialização, evidenciando que os meios para que isso ocorra se encontram nas relações de produção e distribuição da riqueza. Assim, evidencia-se que os fatos políticos e as relações de poder se tornam objeto dessa ciência. Diante desse

contexto, o elemento para o alcance do desenvolvimento e da equidade do bem-estar social torna-se o objeto próprio da administração.

O maior dos pensadores gregos acreditava que o propósito da existência do Homem era levar uma vida boa e que esta só podia ser conseguida dentro da Cidade-estado (polis). Para o filósofo grego a Cidade-estado não era simplesmente uma estrutura legal; era um modo de vida ao qual se vinculava cada aspecto da existência cotidiana. O indivíduo derivava sua importância da sua relação com o Estado; era considerado cidadão dependente do Estado, estando em condições de contribuir para o seu bem-estar. Mas o Estado é que era onipotente. Assim, a atenção dos pensadores gregos era absorvida principalmente pela teoria política, em seu sentido mais amplo. Era a um só tempo Ética, Sociológica e Econômica, bem como Ciência Política. A dedicação dos pensadores gregos à questão da origem e funcionamento do estado ideal e a subordinação do indivíduo ao Estado limitavam necessariamente o desenvolvimento da espécie de pensamento que posteriormente emergiu. Tomemos por exemplo, a contribuição do grego Xenofonte (cerca de 440-335 a.C.). Seu trabalho *Dos meios de melhorar a receita do Estado de Atenas* começa com uma descrição das vantagens naturais de Atenas como centro comercial que atraía os estrangeiros. Estes eram considerados como desejáveis porque estavam sujeitos a um tributo que incidia sobre todos os alienígenas e, portanto, constituía uma fonte de receita. Dessa forma os mercadores e armadores eram considerados como cidadãos superiores que traziam riqueza à cidade. Assim, Xenofonte recomendou várias medidas ao Estado, visando encorajar a atividade mercantil em Atenas. Também frisou a necessidade do aumento da produção de prata e expressou a opinião de que este metal nunca perderia seu valor (Rima, 1925, pp. 26-7).

Acima observamos a preocupação dominante com o viver bem já naquela época longínqua e a importância do Estado como instrumento para alcançar um resultado social ótimo. Dessa maneira, a adaptação dos meios aos fins é muito mais complicada no que concerne à sociedade como um todo. Na época do mercantilismo, o comportamento econômico se manifestou por meio de diversas atividades comerciais e não exclusivamente familiares e não econômicas; com isso, os pensadores mercantilistas enfatizam a

importância do comércio e da indústria e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e riqueza nacional. Essa materialidade é mais bem compreendida em *A riqueza das nações*, de Adam Smith, publicada em 1776, onde a Economia Política é entendida como a ciência que estuda as relações de produção, circulação e distribuição de bens e materiais. “O trabalho anual de cada nação é o fundo que originalmente a supre de todas as coisas necessárias e convenientes à vida que anualmente esta consome, ou o que é adquirido com tal produto às outras” (Rima, 1977, pp. 103-4).

A busca pela materialidade (quanto ao que fazer, por que fazer e como fazer) é permeada pelas possibilidades de produção, circulação e distribuição de bens materiais como propósito de obter o bem-estar de sua finalidade. Fica claro então que cabe principalmente ao Estado através da manifestação política da sociedade a busca dessa finalidade.

Para o entendimento da gestão da materialidade das relações sociais, a fim de se chegar à finalidade do processo de desenvolvimento — e, assim, à essência da administração política, portanto ao objeto da administração enquanto campo próprio de uma ciência — temos de inserir a discussão num contexto tridimensional que, a nosso juízo, apresenta-se hierarquizado de uma forma lógica. A primeira dimensão é a da própria sociedade que, através das instituições/organizações, é capaz de manifestar-se (aqui o grau de abstração é elevado) a respeito da necessidade de bem-estar total (para usar um conceito de Arthur Cecil Pigou) como a finalidade a ser alcançada; A segunda dimensão é a do Estado, que é a mais importante das instituições/organizações; é através dele que se dá a manifestação política da sociedade em busca da finalidade — o bem-estar pleno da humanidade. A terceira dimensão é a do capitalismo que, no contexto atual, é o modo de produção responsável pela concepção e operacionalização da base técnica para se alcançar o bem-estar (Santos, 2009, pp. 44-5).

Segundo Santos, a produção capitalista não se constitui como única capaz de promover a finalidade; contudo, em um contexto no qual o capitalismo predomina, ela passa a ser a principal para chegar à finalidade pretendida. As três percepções estão voltadas para a construção de uma base material que garanta à sociedade o bem-estar econômico, definida como finalidade social.

Um desafio para a tradição neoclássica se dirigiu às circunstâncias sob as quais a ação governamental substituiria apropriadamente a ação individual na esfera econômica. Desde a época de Adam Smith se reconhecia que certos empreendimentos são necessários à comunidade, mas tão sem lucro para o empresário privado que sua execução pelo governo é essencial. Assim, parte das atividades que relativamente os indivíduos não poderiam executar por si próprios deve ser regulada sob lei comum como instituições que permitam ao mecanismo de mercado funcionar sem restrição. A teoria econômica de Smith era uma teoria orientada para as políticas, sendo sua principal preocupação identificar as forças sociais e econômicas que mais promoviam o bem-estar humano e, com base nisso, recomendar políticas que melhor promovessem a felicidade.¹

Todo indivíduo que emprega seu capital na promoção da indústria interna esforça-se para que o produto desta indústria tenha maior valor possível. O produto da indústria é o que ela adiciona às matérias-primas por ela utilizadas. Na medida em que o valor deste produto seja grande ou pequeno, os lucros do empregador serão grandes ou pequenos, mas é apenas visando ao lucro que alguém emprega um capital na indústria, e, portanto, ele sempre se esforçará para empregá-lo na indústria cujo produto tenha probabilidades de ter o maior valor ou de poder ser trocado pela maior quantidade de moeda ou de outros bens. A receita anual de toda a sociedade, porém, é sempre precisamente igual ao valor de troca de todo o produto anual de sua indústria. . . . Portanto, quando todo o indivíduo se esforça para que seu produto tenha maior valor possível, trabalha, necessariamente, no sentido de aumentar o máximo possível a renda anual da sociedade. Na verdade, ele geralmente não pretende promover o interesse público, nem sabe até que ponto o está promovendo. Preferindo aplicar na indústria interna, e não na externa, só está visando à sua própria segurança; dirigindo a indústria de tal maneira que seu produto possa ter o maior valor possível, só está querendo promover seu próprio

1 A definição de Smith de bem-estar econômico era bastante simples e direta. O bem-estar humano dependia da quantidade do “produto do trabalho” anual e do “número dos que deveriam consumi-lo”. Outro critério de bem-estar não explicitamente definido por Smith, porém importante em muitas de suas discussões, era o de que o bem-estar poderia ser aumentado à medida que a composição do produto a ser consumido mais correspondesse às necessidades e aos desejos dos que comprassem e usassem o produto (Hunt, 1989, p. 77).

interesse e está, neste e em muitos casos, sendo levado por uma “mão invisível” a promover um fim que se fazia parte de suas intenções. Do mesmo modo, nem sempre é pior para a sociedade que não tenha sido esta a sua intenção. Cuidando do seu próprio interesse, o indivíduo, quase sempre, promove o interesse da sociedade mais eficientemente do que quando realmente deseja promovê-lo (Hunt, 1989, p. 81).

Smith afirma que, em um sistema de liberdade natural, o capital seria destinado à indústria. Nesse ponto de desenvolvimento, a indústria interna ainda contribuía mais para o bem-estar humano do que para o comércio exterior. Descrevendo o fluxo de capital para a indústria interna num “sistema de liberdade natural”, Smith formulou a proposição mais famosa de sua tese, segundo a qual em um mercado livre os atos egoístas dos indivíduos são dirigidos, como que por uma “mão invisível”, para a maximização do bem-estar econômico.

Assim, para conseguir uma determinada finalidade, é preciso iniciar pelas necessidades individuais não obtidas, vislumbradas nas relações de mercado e que de qualquer forma impedem a conquista da finalidade e posteriormente compõem as necessidades coletivas qual origina o projeto chamado nação dentro de um panorama estrutural planejado.

Sendo o Estado o principal responsável pelo modelo de gestão mais adequado para atendimento das necessidades, ele torna-se responsável pela execução do projeto de nação, bem como pela preservação dos interesses coletivos. De fato, é por meio dessa gestão do Estado que esses interesses são norteados, podendo vir a serem alcançados.

Fica claro que, desde *Os princípios da administração científica*, Taylor afirma que a administração não é a “arte do empírico” e sim uma atividade que tem regras e conceitos científicos, colocando a administração como uma ciência verdadeira, regida por normas, princípios e leis claramente definidos, considerando a gestão o verdadeiro objeto da administração. Em seguida, no que tange ao aspecto econômico, a gestão passa a ser incorporada dentro desse arcabouço como se manifesta dentro dos processos de busca da materialização, estruturada como mecanismos necessários para atingir a finalidade pretendida. Transcender a órbita de funcionamento simples do método que entende erroneamente gestão apenas como supervisão do fazer para uma ótica em que pesa a concepção do fazer, bem como a mensuração de suas nuances sociais, é, então, a tradução da finalidade da “Administração

Política” responsável por gerir as relações sociais de produção e distribuição.

Sendo o Estado o ente maior de produção e distribuição de capital, seu papel nessa arquitetura é preponderante, devendo ele assumir invariavelmente as rédeas desse sistema e buscar oferecer um patamar onde se preconize uma distribuição sobremaneira satisfatória. Todavia, é fato que mesmo a estrutura estatal só se entende e traduz permeada por algumas “premissas” que regem o atual pensamento capitalista, já citadas anteriormente. “Premissas” essas que nem sempre precisam expor a realidade ou serem validadas por ela, bastando apenas servir de lastro lógico ao modo já estabelecido de relacionamento entre o produzir e distribuir, dentre essas premissas figura com importância latente a ideia de recursos escassos e necessidades ilimitadas.

Recursos escassos? Necessidades ilimitadas?

A escassez de recursos é considerada como uma premissa para grande parte dos modelos econômicos e administrativos atuais, sendo um pressuposto de diversas teorias e iniciativas administrativas. O pensamento de que essa é uma condição imutável é consolidado com o aspecto das necessidades ilimitadas, ou seja, além de poucos recursos, temos demandantes sempre dispostos a aumentar sua escala de consumo, num processo que se torna cíclico e praticamente impossível de ser de alguma forma estabilizada, sendo apenas explicitado pela ciência econômica e viabilizado pela atual ciência administrativa e sua aplicação prática.

Longe da prerrogativa de rompimento com o capitalismo, o que se questiona é esta concepção estabelecida de “carestia constante” e seus desdobramentos cruéis, já que, longe de ser uma mera consideração renegada ao plano das ideias, tal máxima tem justificado atitudes sistemáticas e sido base para construção de referenciais teóricos usados em situações reais. Tal deficiência de recursos é sempre uma grandeza incontestada, em que pese nisto a desconsideração de algumas questões:

- Evolução do processo produtivo em toda a sua natureza, seja na produção de insumos e bens primários, seja na primazia tecnológica da colossal produção em série, seja na capacidade de produzir de forma customizada e, ainda assim, rápida e programada.

- O modelo de acumulação de capital que até então figura como única expressão do modo capitalista, sendo baseado na acumulação singular e que tende à natural geração de desigualdade.

Nota-se que n3o existe um vi3s nessa m3xima para um processo de expans3o que se introduz a partir de uma acumulac3o coletiva progressiva, o que n3o deixaria de ser acumulac3o, nem tampouco representaria um retrocesso da acumulac3o singular. Santos e outros falam de forma sucinta sobre a ideia de recursos escassos necessidades ilimitadas atribuindo ela o patamar de “impossibilidades ” sustentadoras do sistema de crise constante atual:

Essa 3ltima impossibilidade 3 sustentada pela falsidade da m3xima que existe na economia — e repetida, 3 exaust3o e com arrog3ncia, pelos professores aos incautos alunos rec3m-iniciados nas ci3ncias sociais aplicadas — de que essa ci3ncia tem a 3rdua tarefa de encontrar meios para conciliar uma contradi3o em processo que se estabelece entre os recursos escassos e necessidades ilimitadas. A contradi3o dessa m3xima 3, apenas, aparente e fortemente ideologizada, porque a Economia, mais do que qualquer outro campo do conhecimento, sabe que a escassez dos recursos — hoje mais do que ontem — est3 relativizada em raz3o dos extraordin3rios avan3os nas for3as produtivas; enquanto que a necessidade ilimitada pode ter limites pelas pol3ticas de redistribui3o e/ou pela quest3o moral (Santos et al., 2012).

Ao que parece, o bin3mio de poucos recursos e necessidades crescentes s3o base de todo grande referencial de pensamento econ3mico sendo autocomprobat3ria e imposs3vel de ser contraditada empiricamente. Entretanto, percebe-se que a linha de racioc3nio de alguns que foram e s3o considerados grandes nomes do pensamento econ3mico est3 longe de um alinhamento com tal teoria. O pr3prio Keynes, considerado refer3ncia por tantos economistas, relata a seguinte realidade num cap3tulo apropriadamente chamado “as possibilidades econ3micas dos nossos netos”:

Quando a acumulac3o de riqueza n3o tiver mais uma grande import3ncia social, haver3 grandes alterac3es no c3digo de moralidade. [. . .] Por fim seremos livres para nos desfazer de todo tipo de costumes sociais e pr3ticas econ3micas que influem na distribu3o da riqueza e dos pr3mios e castigos econ3micos, agora mantidos a todo custo, por mais repugnantes e injustos que possam ser em si, pelo fato de serem tremendamente 3teis para promover a acumulac3o do capital (Keynes, 1930).

Mesmo que ainda não tenhamos chegado ao limiar acima descrito por Keynes, do ponto de vista produtivo, muito já foi conseguido e mais e mais se consegue a cada minuto em aumento de escala. As fronteiras do produzir a riqueza estão sendo vencidas e suplantadas através do tempo. É notório que o PIB do mundo tem crescido de forma acentuada, nos últimos cento e vinte anos, em comparação com o crescimento populacional, indicando o crescimento do manancial absoluto de recursos no mundo, se comparados com sua massa consumidora, a população mundial (Alves, 2007).

Numa relação direta, vemos que o desenvolvimento produtivo, tanto ligado à especialização da atividade humana, quanto ao aparato tecnológico, é atualmente capaz de otimizar plantas produtivas agrárias e fabris, levando-as a parâmetros extremamente elevados em termos de produtividade, eficiência e evolução constante.

É preciso ainda entender que essa perspectiva refere-se ao aumento da produção como um todo, não diminuindo o valor da produção alimentar aí inserida. Sim, pois a produção de alimentos teve escalada ainda mais substancial, produção essa que se afirma como pré-requisito básico da manutenção da espécie humana. Acontece que a razão matemática e crescimento de produção de alimentos foi um instrumental largamente utilizado como base do pensamento norteador de relações socioeconômicas, sendo universalizado por ícones do pensamento econômico e atribuída a Malthus, como um dos legados mais conhecidos de sua obra. Cabe instar que tal processo de dedução cognitiva, tão usado na explicação e validação das mazelas distributivas do sistema capitalista de produção, é a expressão de uma característica incondicional da realidade humana (em face do seu próprio processo de desenvolvimento de suas relações); realidade essa impossível de ser sequer considerada possivelmente mutável não é mais tão proposta como a expressão do possível, uma vez se levados em consideração valores atuais e principalmente a tendência escalar desses valores; usando a mesma metodologia de cálculo, existe o risco de um resultado oposto do esperado, o que invalidaria a existência obrigatória de determinados pressupostos como a escalada natural do desequilíbrio na distribuição da riqueza.

É fato que a própria dinâmica capitalista é dita como capaz de prover condições motivacionais para uma produção cada vez mais pujante, numa ciranda em que a propulsão é a busca individual de acumulação. O anseio de alcançar mais para si de forma individual tem levado o todo para uma condição de maior produtividade e progressão constante.

O primeiro destes é o conceito do excedente econômico, típico dos antigos economistas clássicos incluindo desde Petty até Ricardo (e retomado mais tarde por Marx quando a economia já começava a seguir o caminho que foi dar na abordagem neoclássica). De acordo com esse princípio, o excedente é determinado pelas condições técnicas de produção e um salário usual de “subsistência”. A competição opera distribuindo o excedente entre os vários tipos de rendas da propriedade por meio do sistema de preços. Essa noção do excedente é evidentemente compatível com várias teorias diferentes e modelos específicos e tem sido utilizada como um esquema analítico geral por vários autores, explícita ou implicitamente (Serrano & Medeiros, 2004).

Dessa forma, o modelo que cria a corrida produtiva é o mesmo que deteriora seu manancial de distribuição. Ao considerar válido o argumento do produzir para acumular, consideramos que o resultado dessa produção seja prioritariamente distribuído de forma mesquinha e com tendência à desigualdade. Assim, a direção dessa produção, enquanto resultado a ser validado como posse de poucos, renega a muitos uma carência latente; aí, sim, estando pertinente a escassez de recursos, graças a um contexto onde cabe ao indivíduo centrar seu propósito de vida em captar o máximo que puder, tudo isso tido como válido e correto, para garantir o produzir, o consumir e o girar da “roda do mercado”.

Ao oferecer claramente um caminho único para as relações de capital, expresso na aceitação da máxima da escassez, faz-se com que acumular incessantemente seja pressuposto de busca pela sobrevivência. Tal atitude ideológica, longe de ser um ato desprezioso ou inconsciente, alavanca, em sua “sagrada inércia”, os atuais padrões deficitários de distribuição do âmbito capitalista, mesmo que este importante aspecto de sua base teórica: a escassez enquanto premissa estável, já não faça parte do mundo real.

A nossa definição sobre desperdício, enquanto conjunto social e como este é percebido pela sociedade tem seu *modus operandi* legitimado por tal padrão de escassez. Consideramos como desperdício apenas o contingente que não está mais sendo utilizado por ser considerado inútil, por ter seu valor minimizado para o seu possuidor, e que tem por destino o descarte. Apenas aquilo que não é mais apropriado de forma íntima, ou seja, apenas o que deixa de ter dono é considerado desperdício. Involuntariamente,

levamos a noção de propriedade privada a um ponto tal que não existe desperdício no que ainda tem possuidor.

A própria natureza do processo de acumulação inerente ao capitalismo faz brotar níveis de acumulação que obrigatoriamente tangem ao desuso, seja da matéria resultado da produção, seja em última instância do próprio capital. Tal acumulação exacerbada, longe de ser considerado desperdício, representa um direito adquirido pela condição de sucesso dentro do sistema, seja esta conseguida pelos meios de trabalho próprio de acumulação (em que pese o fato que não se consideram os meios usados para isso), seja por herança. É estabelecida como parte do ideário comum a possibilidade de lograr ao desuso grandes porções produzidas, sem maiores consequências ao seu modo de vida, sequer à sua consciência. Assim como galardão do sucesso financeiro, como ícone da capacidade individual, recebe um indivíduo o direito de ter, por exemplo, cinquenta casas para uso de habitação se assim o deseje, ainda que seja impossível uma utilização minimamente satisfatória de tais edificações, tal possibilidade representa uma expressão da minha condição de sucesso enquanto ente de acumulação.

Dessa maneira, todos nós almejamos a possibilidade do gasto inútil a ser ostentado. Desperdiçado é somente o que vai para o lixo, mas não o que é resultado do processo de acumulação por via de ser a materialidade desse processo. De forma alguma, algo que perde sua funcionalidade e sentido enquanto parte do composto social (ao menos se considerada a motivação de sua produção enquanto objeto) pelo desuso absoluto vem a ser considerado desperdício. É a presença dessa matriz claramente de ordem ideológica que movimenta os excedentes acumulados rumo ao ostracismo e desuso, diante dos olhos deslumbrados da sociedade, que rende homenagens a quem se faz digno de tal privilégio.

Parece paradoxal que numa ótica em que os notáveis chegaram a essa categoria graças a uma capacidade de desenvolverem maneiras de acentuar aspectos como: lucratividade, eficiência, criatividade e pragmatismo (mesmo que considerada assim no campo das artes e do entretenimento), têm como prêmio a possibilidade da acumulação; ou seja, tanta qualidade de gestão e execução dos seus empreendimentos ou nos empreendimentos nos quais participa, significa apenas o direito do desperdício funcional. Um grande nome da biosfera empresarial tem como retorno pelo seu grande trabalho, que, em última instância, resulta do maior aproveitamento possível do exercício capitalista (o que representa minimizar o desperdício,

obtendo o maior lucro possível em razão de um percentual financeiro aplicado naquilo que denominamos negócio), recebe dos seus pares o direito de acumular, tanto que grande parte dessa acumulação relega ativos ao desuso, o que, dentro de uma certa ótica, não deixa de ser desperdício.

Uma vez que são decisões da sociedade, as atitudes sociais que validam a realidade de valorização da acumulação individual, descrita acima, são irrefutáveis que os recursos sejam considerados escassos a partir de uma decisão política; e não o são por uma condição natural. Esta escolha está longe de ser a única opção dentro de uma sociedade capitalista. É simplório afirmar que o capitalismo impõe esse modelo de acumulação, posto que é possível acumular sim, dentro da ótica coletiva, tendo o mesmo crescimento do capital, apenas sendo esse mais pulverizado e também com possibilidades maiores de sucesso a longo prazo.

Sabemos que, ao considerar as dimensões administrativas da aceitação da escassez de recursos e da certeza de uma necessidade infinita, existe a possibilidade de que se considere esta uma proposição com ares demasiadamente filosóficos, posto que ela se distancia da realidade das discussões corriqueiramente logradas no campo da administração, limitadas geralmente ao nível do gerencial absoluto. Contudo, é preciso que se entenda que essa configuração de premissas é base não apenas pela validação de teorias e cenários econômicos, mas também é responsável (ainda que baseado numa realidade subliminar e não declarada) pela validação de uma concepção absolutamente gerencial do ser administrativo; que não questiona, não pensa nas consequências sistêmicas, apenas viabiliza e se faz instrumento de uma realidade onde o objetivo final é maximizar lucros, garantindo, assim, o acesso imediato sempre que possível à maior percentagem de recursos, que, sendo escassos, precisam ser conquistados e acumulados em todas as instâncias. Enquanto nos aprofundamos no conhecimento de ações, sejam táticas, estratégicas ou operacionais, estamos diante do mesmo modelo de valorização das formas de acumulação de capital.

Resta ainda uma síncope representada pela possibilidade de considerar que o Estado não precisa estar envolvido nesta discussão. Essa possibilidade é inócua posto que cabe ao Estado o papel de ente principal no capitalismo, e que esta não é uma figuração. O Estado ao se furtar de impor uma visão ou afim, está fazendo no rumo contrário por negligência no que tange às linhas gerais das práticas econômicas e seus desdobramen-

tos administrativos, uma vez que a omissão é em si um posicionamento ativo, como atestam Serrano & Medeiros (2004):

Desse modo, a chave para entender o processo de acumulação de capital nos países em desenvolvimento é o estudo da complexa interação, em cada período histórico, entre o comércio internacional e o ambiente financeiro econômico, a situação geopolítica associada (que é crucial para entender o acesso aos mercados e finanças) e as políticas de desenvolvimento de cada Estado nacional. Diferentes tentativas de Estados desenvolvimentistas de acelerar a mudança estrutural, melhorando a infraestrutura, expandindo e diversificando o mercado interno, ou, alternativamente, de conquistar posições estratégicas em mercados de exportação, terão graus completamente diferentes de sucesso de acordo com o ambiente internacional no qual estejam inseridas (Serrano & Medeiros, 2004).

A administração política tem seu objeto na gestão dos meios de produção e distribuição, e assim sendo a premissa de recursos escassos, necessidades ilimitadas tem toda uma ligação com a proposição da administração política como campo do conhecimento. Tendo esse campo do conhecimento interação do pensar e agir como premissa, é de ordem natural que se mostre afinado com a tendência aqui proposta de uma discussão sobre as bases que norteiam a gestão dos meios de produção e distribuição, indo além do simples conceber ideológico, mas principalmente vislumbrando as inferências práticas de cada proposição, para cada aspecto do cotidiano administrativo.

A realidade de todo o conceber, o pensar administrativo dos meios de produção e distribuição estão atualmente arraigados nesse ambiente onde se tem a concepção de escassez e avidez incontrolláveis. Assim sendo, o questionar dessa premissa serve como base desse novo campo, no sentido de viabilizar uma nova forma não apenas de estudar os modelos de gestão existentes, objetivando sua compreensão, bem como em consonância com a sua metodologia própria de aliança entre o pensar e agir; desenvolvendo, assim, novas propostas de gestão que sejam não mais baseadas nesse contexto escasso e ao mesmo tempo sedento, onde recursos e necessidades são sempre grandezas inversas e infinitas em polos distintos. Assim, toda concepção da materialidade precisa e está sendo revista conforme a realidade a

ser observada, concebida e analisada; e não apenas em premissas baseadas em manter o modelo atual das formas do pensar e agir, diante da realidade capitalista.

Referências

- ALVES, J. E. D. *Considerações sobre projeções populacionais e econômicas para 2050 e seus impactos sobre a pobreza e o meio ambiente*. ENCE/IBGE, 2007.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Trad. José Ricardo Brandão Azevedo. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEYNES, J. M. As possibilidades econômicas de nossos netos. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). *John Maynard Keynes: economia, 1930*. pp. 150-9.
- RIMA, I. H. [1925] *História do pensamento econômico*. Trad. Auriphebo Berrance Simões. São Paulo: Atlas, 1977.
- SERRANO, F. & MEDEIROS, C. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, vol. 24, n.º 2, p. 94, 2004.
- SANTOS, R. S. *A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo: uma discussão com os filósofos economistas: de Smith a Keynes*. São Paulo-Salvador: Mandacaru-Cetead, 2001.
- . (org.). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo-Salvador: Edições Mandacaru, 2004.
- SANTOS, R. S. et al. *A crise, o Estado e os equívocos da Administração Política do capitalismo contemporâneo*. III Encontro de Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil. Campina Grande, Paraíba, 2012.
- SIMON, H. A. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: FGV, 1965.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. 8.^a ed. São Paulo: Atlas, 1990.